
RECONSTRUIR CIDADES DESTRUÍDAS: AS OPÇÕES URBANÍSTICAS DECISIVAS NA RENOVAÇÃO DE LISBOA APÓS O TERRAMOTO DE 1755

Flávio Nunes

Departamento de Geografia, Universidade do Minho - Portugal
flavionunes@geografia.uminho.pt

Recibido: 17 de junio de 2022; Revisado: 15 de noviembre de 2022; Aceptado: 20 de noviembre de 2022

Reconstruir cidades destruídas: as opções urbanísticas decisivas na renovação de Lisboa após o terramoto de 1755 (Resumo)

O plano de reconstrução de Lisboa, na sequência do violento e catastrófico terramoto de 1755, é muitas vezes considerado o primeiro grande plano urbanístico da era moderna, de conceção urbanística claramente iluminista. Este artigo, privilegiando uma abordagem historicista baseada em pesquisa de arquivo e revisão de literatura, sistematiza as decisões processuais e opções urbanísticas que se revelaram decisivas neste processo de reconstrução urbana, que é ainda hoje uma referência incontornável na história do planeamento urbano. A reflexão proporcionada pelas fontes analisadas permitiu destacar quatro principais vetores que notabilizaram esta operação de reconstrução urbana: i) a coordenação técnico-institucional que definiu a estratégia de ação e que garantiu a sua execução; ii) as novas soluções de morfologia urbana implementadas; iii) a inovação associada à aplicação de novas técnicas e sistemas construtivos; iv) e o avanço legislativo que garantiu o investimento necessário para tão grande e ambiciosa empreitada.

Palavras-chave: História Urbana; Planeamento Urbano; Reconstrução de Cidades; Lisboa.

Rebuilding destroyed cities: the decisive choices in the Lisbon's reconstruction plan after the earthquake of 1755 (Abstract)

The reconstruction plan of Lisbon, instigated by the earthquake of 1755, is often considered the first great urban plan of the modern era, clearly founded on an Enlightenment urbanistic conception. This article, privileging a historicist approach based on archival research and literature review, aims to systematize and analyze the major urban planning options that guided this process of urban reconstruction, which is still today an unavoidable reference in the history of urban planning. The analysis of collected sources suggests four main vectors that distinguish this urban renovation and its successful achievements: i) the institutional and technical coordination that defined the strategy of action and ensured its implementation; ii) the new solutions of urban morphology implemented in the city reconstruction; iii) the innovation associated with new construction techniques and building systems; iv) the legislative progress that enabled the realization of the plan and that ensured the needed funds for such a large and ambition enterprise.

Key-words: Urban History; Urban Planning; City Reconstruction; Lisbon.

A história do urbanismo é marcada pela ocorrência de inúmeros eventos inesperados que, episodicamente, desencadearam a destruição física, total ou parcial, de inúmeras cidades. As causas desses eventos destrutivos são muito diversas abrangendo incêndios, terremotos, inundações, erupções vulcânicas, guerras, ataques terroristas, acidentes nucleares, entre muitas outras explicações de origem mais natural ou antrópica (Vale e Campanella, 2005; Gelléri, 2021). Em comum a todos estes fenômenos, e como consequência da sua ação, ocorreram processos de inutilização ou mesmo completa demolição de infraestruturas, edifícios habitacionais, equipamentos públicos, elementos patrimoniais, espaços públicos, entre muitas outras manifestações de destruição física. Estas ocorrências, em muitos casos, foram acompanhadas por decréscimos populacionais muito expressivos, quer decorrentes da morte de muitos dos seus habitantes, por ação direta ou indireta dessas catástrofes; quer como resultado do desalojamento e do êxodo dos seus residentes, na tentativa de escapar aos efeitos mais perniciosos desses eventos.

Apesar da intensidade destrutiva que estes fenômenos provocam nas cidades, na generalidade dos casos tende a ser intrínseco à condição urbana a sua forte resiliência, refletindo-se este atributo numa capacidade quase imediata de reconstrução, que surpreendentemente começa a manifestar-se mal abranda a força destrutiva, ou até mesmo durante o período de tempo em que ainda se sente o efeito devastador provocado por estes desastres de causa natural ou de motivação humana. Um vasto estudo de história urbana de abrangência global, concluiu que esta resiliência se afirmou após o início do século XIX como uma propriedade urbana de carácter quase geral e universal, pois são anteriores a 1800 as 42 cidades, inventariadas nessa pesquisa, que, na sequência de cataclismos diversos, foram completamente abandonadas após do massivo processo de destruição de que foram alvo (Chandler e Fox, 1974).

As cidades encerram em si um potencial de investimento, talento, criatividade e inovação que as dotam de especiais recursos para enfrentar e contornar as consequências mais hostis que este tipo de crises e perturbações extremas lhes provocam (Nunes, 2020). De entre os inúmeros casos em que essa resiliência se manifestou pode destacar-se: Londres e Chicago que foram sujeitas a grandes incêndios que destruíram grande parte do seu tecido urbano, Londres em 1666 e Chicago em 1871; Atlanta que foi profundamente devastada pela Guerra Civil Americana e pelos os ataques militares de que foi alvo em 1864; São Francisco que ficou amplamente destruída na sequência do violento sismo de 1906; Varsóvia que perdeu quase dois terços da sua população no decurso da 2ª Guerra Mundial; ou até mesmo Hiroxima que revelou o impulso necessário para se reerguer da completa destruição provocada pelo bombardeamento atómico que a atingiu em Agosto de 1945 (Taylor, 1973; Strupp, 2006; Skarbek, 2014; Mizumoto et al. 2015; Sussman, Coffman e Stephenson, 2020).

Se a capacidade de reconstrução urbana parece afirmar-se como uma constante na história urbana mais recente, o urbanismo pós-desastre e o modo como estas cidades se reerguem é muito diverso, numa amplitude de ação que varia desde a intenção de

replicar o mais fielmente possível a cidade pré-catástrofe, até à completa renovação urbana com pouca ou nenhuma influência das suas preexistências. Por um lado, como exemplo de uma fiel reconstrução temos a opção seguida em Dresden na Alemanha, promovida na sequência da vasta destruição de que foi alvo durante a 2ª Guerra Mundial, a qual se baseou na manutenção da prévia estrutura viária à superfície, e na fiel reconstrução, a partir da consulta de fontes históricas muito variadas, dos seus importantes monumentos mas também das fachadas do restante edificado, reservando operações de modernização apenas para o interior dos edifícios (Tung, 2001; Vale e Campanella, 2005). Por outro lado, como exemplo de uma experiência de resiliência urbana em que as preexistências foram desconsideradas, temos o caso sobre o qual incide este artigo, que tem como principal objetivo analisar o modo como o grande terramoto que derrubou Lisboa em 1755, constituiu o motivo e o pretexto para um projeto inovador de renovação urbana. Neste assistiu-se à aplicação de novos princípios e diretrizes de planeamento, através da concretização dos quais não apenas se recriou Lisboa como se adequou a cidade às exigências da sociedade burguesa e comercial, que no século XVIII procurava a sua afirmação face aos poderes estabelecidos da nobreza e clero. Constituiu assim um exemplo de como um violento desastre natural se revelou o motor indutor de um profundo processo de transformação urbana que, pelo modo como foi programado, se articulou e contribuiu para mudanças sociais mais amplas e até estruturais.

Investigações recentes sugerem que o terramoto de 1 de Novembro de 1755 que destruiu Lisboa (seguido de um maremoto e de um incêndio que se prolongou por dias), terá atingido uma magnitude de 8,7 graus na escala sísmológica de Richter, cujo máximo são 9 graus. Não sendo por isso difícil de compreender os registos históricos que dão conta que este sismo se terá feito sentir em muitos países europeus, bem como no noroeste do continente africano (Pardal, 2005; Pinheiro, 2012). A elevadíssima magnitude sísmica deste evento explica a destruição massiva da cidade, derrubando 17 mil dos 20 mil edifícios habitacionais da cidade; 53 palácios (incluindo o Palácio Real -o Paço da Ribeira-); 32 igrejas (incluindo a Igreja Patriarcal), 55 mosteiros ou conventos, todos os hospitais e cadeias de Lisboa, entre muitas outras infraestruturas e equipamentos (França, 1976, 1989; CML, 1998). O cálculo do número de mortes causados por este violento abalo sugerem a perda de cerca de 10 mil vidas humanas, de um total de cerca de 250 mil habitantes que à data viviam em Lisboa (Sousa, 1928).

Face a este cenário de destruição generalizada, optou-se politicamente por uma estratégia de reconstrução que procurou dar uma nova configuração morfológica à parte baixa da cidade, conhecida como 'Baixa Pombalina', pelo papel decisivo que teve aquele que ficaria conhecido como o Marquês de Pombal e que, no comando deste processo de reconstrução, venceu a sua forte determinação e liderança política (Gelléri, 2021). Este terramoto trouxe assim a possibilidade de refazer a composição urbana da área afetada visando, por um lado, anular a imagem medieval de ruelas e becos que ainda caracterizava Lisboa no século XVIII e, por outro lado, plasmar os novos ideais iluministas

da época neste processo de reconstrução urbana, através dos quais Lisboa passou a ser amplamente reconhecida como uma cidade regradada, alinhada, arejada e funcional (Rossa, 2008).

São vários os estudos monográficos de história urbana que procuraram descrever e reconstituir detalhadamente este exercício de planeamento urbano, muitas vezes considerado o primeiro grande plano urbanístico da era moderna e um dos mais notáveis de todo o século XVIII europeu (França, 1976, 1989; Moura, 1991; Viegas, 1999; Pardal, 2005). O objetivo deste artigo é o de procurar a sistematização das mais relevantes decisões processuais e opções urbanísticas que se revelaram decisivas neste processo de reconstrução urbana, e que fizeram dele uma referência incontornável na história do planeamento urbano. Metodologicamente este estudo de caso suporta-se numa revisão de literatura, assente num processo de pesquisa de arquivo e de análise e interpretação de fontes históricas diversas. Esta abordagem historicista permitiu destacar quatro vetores de intervenção que se revelaram determinantes para o sucesso deste processo de reconstrução urbana, e com as quais se estrutura este artigo: i) a coordenação técnico-institucional que definiu a estratégia de ação e que garantiu a sua execução; ii) as novas soluções de morfologia urbana implementadas; iii) a inovação associada à aplicação de novas técnicas e sistemas construtivos; iv) o avanço legislativo que viabilizou a concretização do plano e garantiu o investimento necessário para tão grande e ambiciosa empreitada.

A liderança e coordenação técnico-institucional do processo de reconstrução

Logo após o terramoto, Sebastião José de Carvalho e Melo, então Secretário de Estado do Rei D. José I e futuro Marquês de Pombal (título que lhe é concedido em 1770), assumiu o comando político do processo de reconstrução da cidade. Uma das suas primeiras decisões foi a de encarregar o engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, da coordenação técnica geral dessa desafiante tarefa, requerendo-lhe a apresentação de uma proposta de ação para reerguer Lisboa (Santos, 2017). Este, em menos de um mês do fatídico cataclismo, apresenta o relatório 'Dissertação', em cuja primeira parte, datada de 4 Dezembro de 1755, sugere cinco vias alternativas de intervenção (França, 2003; Pardal, 2003; Santos, 2017): i) a simples reconstrução da cidade preservando na íntegra a sua morfologia medieval; ii) a reconstrução de Lisboa com uma morfologia próxima à que possuía antes do terramoto mas com arruamentos mais largos para minimizar danos de futuros terremotos; iii) a solução anterior mas limitando adicionalmente os edifícios a dois andares, como medida anti-sísmica suplementar; iv) a total renovação da parte baixa da cidade segundo novas regras de composição do espaço, o que implicaria a demolição integral não só dos escombros que restaram dos violentos tremores de terra mas também dos edifícios que se demonstraram mais resistentes e que tinham ainda viabilidade de reconstrução; e v) a construção de uma nova cidade na secção oriental da cidade (junto

a Belém), para onde na véspera do terramoto se tinha deslocado a família real e que tinha demonstrado uma grande capacidade de resistência aos abalos sísmicos.

Discutidas e analisadas as diferentes soluções é escolhida pelo Marquês de Pombal a opção da renovação integral da parte baixa da cidade. Assim, na segunda e terceira parte da ‘Dissertação’ de Manuel da Maia, datadas respetivamente de fevereiro e março de 1756, determinam-se um conjunto de opções que deveriam presidir à recriação da cidade destruída (Coelho, 1999). De entre essas orientações destaca-se a intenção de usar o entulho resultante do arrasamento de todas as construções para com ele atingir uma cota mais elevada face à preexistência (e assim evitar os habituais prejuízos das inundações do rio Tejo), conseguindo-se também com esse entulho eliminar as ligeiras ondulações orográficas naturais da área e criar um grande ‘tabuleiro’ com uma ligeira pendente para o rio, com o qual se proporcionaria toda a liberdade para o desenho das novas artérias e espaço públicos (Rossa, 2008). Para a recomposição do espaço urbano (público e privado), considera-se também importante que se inicie de imediato a uma avaliação dos terrenos envolvidos, para uma justa compensação aos proprietários pelos ajustes impostos pela concretização do novo plano. Recomenda-se ainda que a liberdade de edificação seja restringida e que as novas construções sejam edificadas no respeito escrupuloso de determinadas orientações defensoras do interesse público (França, 1989; Santos, 2017). De entre essas diretrizes estipula-se que, por motivos de saúde pública a abertura das novas ruas deve prever a criação de condutas subterrâneas para a condução dos esgotos e águas sujas; os edifícios a construir devem ter uma altura que nunca exceda a largura das ruas (para que em derrocadas provocadas por futuros terramotos estas não causem necessariamente danos em edifícios vizinhos); e na construção das suas fachadas deve respeitar-se desenhos que venham a ser apresentados para cada rua, de modo a que cada uma conserve uma simetria em portas, janelas e cêrceas. Neste relatório Manuel da Maia determina ainda a vasta equipa de engenheiros e arquitetos que trabalharão nos desenhos da futura Baixa Pombalina, considerando que na liderança dessa equipa deverá estar o Capitão Eugénio dos Santos e o Tenente-Coronel Carlos Mardel, que sendo engenheiros os considera também os melhores profissionais de então de arquitetura civil (Coelho, 1999; França, 2003; Rossa, 2008).

Num posterior aditamento a esta ‘Dissertação’, datado de Abril de 1756, são propostas seis opções para o plano geral de renovação da parte baixa da cidade (algumas feitas em equipa e outras individualmente), sendo selecionada pelo futuro Marquês de Pombal a proposta de Eugénio dos Santos, Arquiteto do Senado de Lisboa desde 1750 (Santos, 2017). Este é o autor do plano que renova integralmente a área central da cidade, segundo uma distinta conceção urbanística que se distancia da arbitrariedade do tecido urbano medieval preexistente, não tomando sequer em consideração a localização das anteriores igrejas (Moura, 1991; Rossa, 2008). Este plano, que desconsidera quase por completo as pré-existências, é à época concebido para afirmar e notabilizar Lisboa internacionalmente como a capital de um grande Império, procurando que esta seja

reinventada com uma nova racionalidade capaz de a preparar para os seus futuros desafios. Sucintamente, o plano de Eugénio dos Santos, de grande uniformidade e simetria, caracteriza-se por uma malha urbana de traçado ortogonal onde ruas retilíneas e praças amplas acolhem edifícios de fachadas sóbrias e funcionalmente ajustados aos interesses de uma burguesia comercial ascendente. Um plano onde a racionalização e organização se assumem como as palavras de ordem.

Um dos fatores determinantes para compreender a rapidez com que são apresentados diversos cenários e propostas de intervenção para reerguer Lisboa, relaciona-se com o facto de Portugal, afortunadamente, dispor no momento do terramoto de profissionais com vasta competência reflexiva e prática em matéria de planeamento urbano; assim como a disponibilidade de meios técnicos que tinham sido anteriormente desenvolvidos e que se revelaram essenciais para a condução de todo o processo de reconstrução.

Quanto aos recursos humanos, Manuel da Maia, que em 1755 tinha 78 anos de idade, era detentor de um conhecimento muito aprofundado sobre a cidade de Lisboa. Por um lado, em jovem tinha acompanhado o desenvolvimento de reflexões que tinham sido promovidas no reinado de D. João V, quando este contratou arquitetos italianos para repensarem a cidade com vista à sua monumentalização e dignificação urbanística, de modo a dotá-la dos níveis de urbanidade e de capitalidade apropriados (Rossa, 2003). Por outro lado, ao longo da sua vida adquiriu uma vasta experiência na programação e concretização de obras e infraestruturas grandiosas, como o grande Aqueduto das Águas Livres de Lisboa (1729-1748) que resistiu intacto ao tremor de terra (Pardal, 2003; Santos, 2017). Encontrava-se assim na melhor posição para definir a estratégia de ação a seguir na reconstrução da cidade e para formar e fazer a coordenação geral da equipa técnica responsável pela sua concretização. Esta viria a ser composta maioritariamente por engenheiros e arquitetos militares que possuíam muita prática no planeamento de fortificações, infraestruturas e cidades nos diversos territórios ultramarinos da Coroa portuguesa, conseguindo canalizar-se essa sabedoria e potencial técnico para o esforço de reconstrução de Lisboa (Byrne, 1994; Rossa, 2003; Rossa, 2008). Igualmente relevante é o facto de institucionalmente, e apenas alguns meses depois do terramoto, ter sido criado um gabinete de trabalho, com a responsabilidade de planear, projetar e controlar todos os pormenores técnicos da reconstrução de Lisboa, o qual ficou conhecido como *Casa dos Risco das Obras Públicas*, inicialmente sobre a direção do Capitão Eugénio dos Santos (Moura, 1991; Byrne, 1994; CML, 2014), e à qual foram atribuídas as principais competências para a condução de todo o processo de reconstrução urbana, assim como amplos poderes de atuação que permitam evitar os morosos procedimentos administrativos habitualmente dependentes da intervenção e decisão da Câmara de Lisboa. Com a criação da Casa do Risco foram assim subtraídas todas as possibilidades de intervenção do Senado da Câmara de Lisboa sobre o processo de reconstrução da cidade, ficando a iniciativa da autarquia quase resumida à tarefa de fiscalização das obras em

curso, garantindo apenas que as intervenções privadas respeitavam as normas, entretanto aprovadas (França, 1976; Tostões e Rossa, 2008). O funcionamento desta instituição era marcado pela hierarquia intrínseca ao perfil militar da equipa, que será determinante para a organização, disciplina e rigor que caracterizará o cumprimento e concretização deste plano, das grandes opções aos mais ínfimos detalhes de composição, proporção e qualidade construtiva (Rossa, 2008).

Quanto aos meios técnicos já disponíveis no momento do terramoto, importa salientar que Manuel da Maia tinha sido anteriormente o responsável pela elaboração de uma cartografia detalhada de toda a cidade de Lisboa (Rossa, 2008), o que se revelou um instrumento decisivo, não apenas para a elaboração das seis propostas de planeamento apresentadas para a parte baixa da cidade, mas para o próprio processo de reconstrução; na medida em que havia já um conhecimento profundo do que era Lisboa e dos seus problemas (problemas de salubridade, carência de infraestruturas e outros decorrentes de um crescimento desordenado). Este recurso será também importante para que a oportunidade de repensar a cidade que o terramoto proporcionou não se restrinja apenas à área central mais afetada, procurando que essa intervenção estivesse integrada num plano territorialmente mais abrangente e multi-escalar, que visava enquadrar as reformas urbanísticas de que a cidade no seu todo necessitava, vindo este a assumir-se como o principal instrumento orientador da sua dinâmica de transformação até meados do século XIX (França, 1989; Moura, 1991; Rossa, 2008). Por exemplo, este plano mais abrangente integrou a programação de uma área verde de 4,5 hectares, o designado Passeio Público que era coincidente com uma parte da atual Avenida da Liberdade, e que correspondeu a um dos primeiros parques verdes abertos ao público do mundo (Tostões, Pinheiro, 2012). Esta que foi umas das principais áreas de socialização da cidade foi também uma importante intervenção urbana no sentido da valorização da utilidade pública, demonstrando o modo como o urbanismo da Casa do Risco conseguiu expressar novos ideais anunciadores de uma nova sociedade, em que o interesse público se sobreporá ao privado.

Não é possível compreender como Lisboa dispunha, à época, de recursos humanos de excelência com competências múltiplas no domínio do urbanismo e da programação de grandes obras públicas, assim como de recursos técnicos avançados no domínio da cartografia, sem recorrer à historiografia portuguesa da ciência e tecnologia. A restauração da independência de Portugal face à coroa espanhola em 1640 constitui, segundo Diogo e Saraiva (2021), um grande fator impulsionador do desenvolvimento da engenharia militar portuguesa; pois afirmar a visão de uma nação independente dependeu da ulterior mobilização de importantes recursos para a construção de grandiosas e complexas infraestruturas militares defensivas, quer ao longo da linha de fronteira com Espanha, quer na costa atlântica para proteção das forças inimigas que poderiam atacar o país por via marítima. Foi este o momento que proporcionou a formação e preparação do primeiro grande corpo de engenheiros portugueses, numa

época em que em Portugal a engenharia era uma ciência militar, à semelhança do que sucedia na grande maioria dos países europeus. É em finais do século XVII e particularmente no século XVIII, durante o reinado de D. João V, que se proporciona o segundo importante fator indutor do desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal, alcançado por via de um importante apoio mecénico régio, que atuará em duas vias complementares (Diogo, Simões e Silva, 2021). Por um lado, ao promover a vinda para o país de importantes especialistas estrangeiros, que eram contratados para o esforço das grandes obras públicas do reino ou para o esforço da demarcação cartográfica das novas fronteiras do império. Este viria a constituir um importante canal para a apropriação num país europeu periférico dos mais recentes avanços técnico-científicos e ideias de modernização que despontavam pela Europa (é o caso da vinda dos arquitetos italianos que, muito antes do terramoto, foram contratados para pensar uma grandiosa e sumptuosa transformação de Lisboa, e com os quais conviveu de perto Manuel da Maia). Por outro lado, o mecénico régio vai apoiar longas estadas no estrangeiro (em Itália, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Rússia...) de membros das elites letradas portuguesas (diplomatas, engenheiros, médicos, académicos, membros do clero e da nobreza...); os designados 'estrangeirados' que se tornaram importantes atores de redes transnacionais de circulação e articulação de conhecimentos. A estruturação destas redes é essencial para entender o processo criativo técnico-científico que ocorre então em Portugal, assim como o ímpeto modernizador setecentista que caracterizou o despotismo reformista pombalino -modernização económica, social, cultural, política...-. Este apoio mecénico foi decisivo para uma modernização do país também de pendor epistemológico, pois o esforço para a integração cultural de Portugal na Europa constituiu a principal porta de entrada das mais recentes ideias iluministas, despontando no país a secularização e a defesa das novas ciências, da razão científica e da experimentação nos processos de produção de conhecimento; e que tanta utilidade viriam a demonstrar na extrema racionalidade associada ao processo de reconstrução de Lisboa pós-terramoto. Simões e Diogo (2022) referem ainda que se é certo que Lisboa estava na periferia europeia era simultaneamente o centro de um vasto império, onde ensaios e experimentações práticas na programação e conceção de novas cidades viriam a dar resposta a uma agenda utilitária de domínio, controlo e administração de territórios imensamente vastos; pelo que o trânsito de conhecimento entre a metrópole e os territórios ultramarinos da coroa portuguesa revelou-se igualmente importante para que, quando se dá o grande terramoto, os engenheiros e arquitetos portugueses se distingam pela sua elevada preparação para os múltiplos e exigentes desafios associados à reconstrução de Lisboa.

Reerguer Lisboa é assim o trabalho técnico de uma equipa excepcionalmente preparada e que, embora sujeito a uma reconhecida coordenação e liderança, nunca virá a ser encarado como a oportunidade para a afirmação da genialidade de egos individuais, pelo que não sofreu reorientações mesmo quando foram desaparecendo os seus principais protagonistas. Para tal muito contribuiu o modo como Manuel da Maia

orquestrou uma vasta equipa de engenheiros e arquitetos, mobilizando-os numa empreitada coletiva que envolveu a participação, sabedoria e valência técnica de nomes muito diversos, cada qual trazendo um contributo valioso e inestimável para o resultado final alcançado, nos seus muitos e ínfimos detalhes de concretização. Mesmo após a escolha do plano de Eugénio dos Santos, no início de 1756, este nos dois anos seguintes envolve Carlos Mardel em diversos estudos técnicos que culminarão na apresentação da versão final do plano, promulgada por Decreto a 12 de Junho de 1758, o qual para além da planta síntese do plano e de instruções gerais para a sua execução, inclui ainda um conjunto de desenhos-tipo de alçados para as novas ruas a edificar (Rossa, 2008; Monteiro, 2008). Este espírito de trabalho de equipa permitiu que mesmo após a morte precoce de Eugénio dos Santos em 1760, aos 49 anos de idade, os trabalhos de reconstrução prosseguissem sem interrupções ou reorientações; Carlos Mardel assume então a Direção da Casa do Risco, dando continuidade ao trabalho em curso, promovendo os acertos que se impunham, mas zelando sempre pelo cumprimento das disposições do Plano de 1758 (França, 2003). A coerência da equipa foi assim mantida no quadro da Casa do Risco, o que se revelou essencial para a boa concretização do programa estabelecido.

O desenho urbano e o espaço público: uma morfologia urbana disruptiva de conceção iluminista

Quanto ao desenho urbano que viria a orientar construção da nova cidade, se é possível detetar qualquer remanescência da Lisboa antiga, tal restringe-se unicamente à permanência das duas praças nevrálgicas para a vida social da urbe e para o funcionamento da cidade, no limite norte e sul da área intervencionada. Embora o Plano de 1758 as tenha redefinido completamente, dotando-as de uma maior amplitude e de um traçado completamente regularizado e de rigorosa simetria. A norte, surge a Praça do Rossio cujo desenho dos seus edifícios se deve a Carlos Mardel de origem húngara, diferenciando-se estes pela introdução dos telhados duplos ou germânicos, (Moura, 1991; Pinheiro, 2012). Esta praça revelava aquando da sua criação uma rigorosa simetria espelhada entre as suas fachadas poente e nascente, assim como entre as fachadas norte e sul -o edifício da Inquisição no topo norte sofrerá em 1836 um incêndio e é então substituído pelo Teatro Nacional D. Maria II- (Santos, 2017). A sul, o espaço livre de construções coincidente com o antigo Terreiro de Paço é significativamente ampliado em direção ao Tejo, aproveitando para isso a movimentação do entulho proveniente da demolição das ruínas do terramoto, o que permitirá a grande amplitude da Real Praça do Comércio, onde se instalou o aparelho governamental do Estado (o Paço Real não tornará à Baixa da cidade depois do terramoto). A moldura edificada desta grande praça, com as suas fachadas uniformizadas, é desenhada por Eugénio dos Santos, assim como o pré-projecto do Arco da Rua Augusta (apenas terminado no século XIX). É também a ele que se devem os estudos iniciais da estátua equestre do Rei D. José I, vindo esta a ser concretizada pelo escultor Machado de Castro e revelada ao público no aniversário do monarca em 1775, cujos festejos marcaram a inauguração simbólica da capital reerguida

(Moura, 1991; CML, 1998; Pinheiro, 2012). O impacto causado pela escala desta praça e pelo cenário e sentimento de contemplação que proporciona, ajudam Eugénio dos Santos a conseguir com que Lisboa se afirme como uma das principais e mais emblemáticas cidades europeias, afirmando o seu estatuto de capital de um dos maiores impérios ultramarinos, à época. Era no cais das colunas, em frente à grande praça, que desembarcavam os passageiros das naus da carreira da Índias e todos quantos chegavam por via marítima/fluviál à cidade, deparando-se de imediato com a majestosidade de Lisboa (CML, 1998).

Com exceção desses dois elementos urbanísticos, cuja inserção espacial permite uma muito ténue relação com a baixa pré-pombalina, todo o restante tecido urbano reflete um rompimento radical com a pré-existência. Eugénio dos Santos desenha a régua e esquadro uma malha urbana ortogonal com ruas perpendiculares entre si, seguindo uma evidente inspiração no sistema hipodâmico das cidades helenísticas da antiguidade clássica. Mas Eugénio dos Santos contorna magistralmente a monotonia da malha ortogonal com um desenho urbano bastante ritmado com o qual cria a harmonia dinâmica do conjunto, o que consegue por duas vias (França, 1976, 1989; Moura, 1991; Pardal, 2005; Santos, 2017). Por um lado, com recurso à hierarquização viária, com a qual procura uma racionalidade na organização funcional do espaço urbano, sendo que essa hierarquia é expressa quer pela largura distinta das ruas quer pelas relações que estas estabelecem. Destacando-se, no nível máximo, a artéria que se inicia no arco triunfal da Praça do Comércio e que atinge a Praça do Rossio no seu lado nascente, seguida por aquela que liga ambos os lados poentes das duas praças, a que se sucedem todas as outras vias de níveis hierárquicos inferiores. Por outro lado, com recurso a quarteirões de formas e disposições diversas, de entre os quais alguns são de formato quadrangular, sendo a maioria retangulares e de dimensão modular (cerca de 70 metros de comprimento com 24 vãos, por cerca 26 metros de largura com 8 vãos), dispondo-se, contudo, estes não só no sentido Norte-Sul mas também, mais próximo da Praça do Comércio, no sentido Este-Oeste (França, 2003; Santos, 2017).

Para a racionalização extrema da forma da cidade, ambicionada por Eugénio dos Santos, revelou-se essencial esse traçado geométrico ortogonal das ruas, mas sobretudo a regularidade do quarteirão (Appleton, 2003). Aliás, a eleição do quarteirão como unidade essencial e módulo de composição do espaço urbano será uma rutura com o modo como até então se processava a organização e crescimento da cidade de Lisboa (Tostões e Rossa, 2008; Santos, 2017). Com esta opção de morfologia urbana o protagonismo na composição e estruturação da cidade deixa de ser o edificado, em que a construção (uma igreja, um palácio, um edifício público, ...) se destacava na paisagem urbana e muitas vezes definia e orientava o traçado viário, para ser agora assumido pelas ruas que passam de meros espaços de atravessamento e circulação para importantes espaços de encontro, de contacto mútuo e de negócio. Com a concretização deste plano notoriamente a cidade passa a ser organizada em função do espaço público (suas artérias

e praças), denunciando através desta opção uma clara intenção de submissão do interesse privado ao interesse público (Rossa, 2003).

Na Baixa de Lisboa todo o edificado (independentemente de quem o promove) passou a estar 'arrumado' nessa unidade essencial de organização da cidade: o quarteirão. Até as igrejas vão passar a estar 'encaixadas' no quarteirão, ladeadas por edifícios de outras funções (Moura, 1991; Rossa, 2003). O seu protagonismo na leitura do espaço urbano é assim reduzido, quer por revelarem um diferente modo de inserção no tecido urbano e serem agora em muito menor número (muitas são extintas como forma de reduzir o domínio do clero na sociedade), quer por outro tipo de disposições, como por exemplo a proibição da presença de torres sineiras nas suas fachadas frontais, ou o facto dos motivos decorativos das suas fachadas não poderem ser demasiado exuberantes ou efusivos, que desrespeitem a harmonia e sobriedade da fachada tipificada que se encontra em toda a Baixa Pombalina (CML, 1998).

Trata-se assim de um plano em que o desenho urbano não se restringe ao plano horizontal, denotando-se igual preocupação com a forma urbana no seu plano vertical. Um dos principais instrumentos para o conseguir consistiu na apresentação de um modelo pormenorizado da fachada a respeitar pelo edifício-padrão que irá compor o quarteirão, através do qual se conseguiu garantir uma regularidade volumétrica e uma uniformidade arquitetónica em toda a área do plano. Segundo este modelo os alçados destes edifícios contemplam 4 pisos e todos os vãos são emoldurados por pedra calcária maciça: o rés-do-chão destina-se a espaços comerciais com uma sequência de portas e os andares superiores a habitação, sendo que o 1º andar é o piso nobre com varandas de gradeamentos em ferro, no andar superior encontram-se janelas de peito e nas águas furtadas trapeiras (Viegas, 1999; CML, 2014). Este é o edifício típico da Baixa Pombalina designado por prédio de rendimento de uso misto -comercial e habitação multifamiliar-. As suas fachadas caracterizam-se por uma simplicidade e sobriedade extrema, apenas com ligeira diversificação de alçados, quando por exemplo nas ruas de mais baixo nível hierárquico não são permitidas varandas nos andares superiores (Pardal, 2005).

O plano de Eugénio dos Santos não se limita, portanto, a traçar novas ruas e a estabelecer alinhamentos, contém um programa arquitetónico minucioso que determina com detalhe a forma exterior dos edifícios, com a introdução de parâmetros construtivos e de natureza estética que salvaguardam a simetria e regularidade das novas construções, dando assim uma leitura de conjunto ao edificado. O Arquivo Municipal de Lisboa possui um conjunto de 70 desenhos de alçados produzidos pelos técnicos da Casa do Risco (conhecido com o Cartulário Pombalino) e que determinaram essas regras orientadoras de métrica e desenho para a edificação das fachadas dos edifícios ao longo das ruas da Baixa Pombalina (CML, 2014). Mesmo edifícios públicos ou palácios, passam a ter as suas fachadas condicionadas a obedecer a este cartulário pombalino, que admite apenas pequenas variações nos seus elementos de cantaria e vãos (França, 2003). Alguma diferenciação poderia manifestar-se pelo número de janelas, mas não pela presença de

expressivos elementos decorativos, evitando-se por exemplo no caso dos palácios a inserção do brasão de armas identificador da família nobre a quem este pertence (CML, 1998). Esta depuração ornamental que se deteta na área do plano será uma forma de simbolicamente demonstrar a intenção de reduzir o protagonismo da velha ordem nobiliárquica e eclesiástica e de promover uma rutura com o antigo regime, ambicionando uma transformação na sociedade portuguesa, em que novos valores sejam valorizados face à perpetuação de privilégios adquiridos.

O facto de ser um engenheiro-arquiteto militar que idealiza este plano não será também indiferente ao despojamento ornamental e sobriedade das fachadas, evidenciando-se claramente no seu desenho uma atitude mais pragmática que nitidamente privilegia a racionalidade e a funcionalidade face ao acessório e dispensável (Moura, 1991; Bueno, 2005; Rossa, 2008). De referir ainda que se o espaço público era desenhado ao mais ínfimo pormenor, já quanto ao interior dos edifícios as regulamentações projetuais quase desaparecem, denunciando assim o predomínio da preocupação com o espaço exterior e público, a desfavor do espaço interno e privado. Esta era também uma forma de garantir o interesse pelo financiamento destas construções, que se podiam assim ajustar funcionalmente a pretensões muito diversas, desde que a edificação respeitasse as diretrizes definidas para a sua volumetria e fachada.

Numa época em que a força dos valores do Iluminismo crescentemente se fortalecia na Europa, vindo mais tarde com a Revolução Francesa a proporcionar um importante abalo civilizacional, era inevitável que a amplitude desta nova ideologia se plasmasse também numa reorientação da cultura urbanística. É a reconstrução de Lisboa que vai inaugurar a aplicação dos ideais estético-urbanísticos do Iluminismo (Rossa, 2008), que se distinguem pela sua extrema racionalidade e funcionalidade, por promoverem a prevalência do interesse público sobre os interesses particulares dos proprietários, assim como por novos processos de produção do espaço urbano que ajudam a desmontar privilégios estabelecidos induzindo uma nova sociedade de matriz tendencialmente liberal. O plano de Eugénio dos Santos está assim sintonizado com os novos valores iluministas do século XVIII, fundando a criação de uma cidade moderna e regularizada onde se afasta “a escuridão das ruas estreitas e desorganizadas dando lugar à regra e à luz” (Santos, 2017, p. 61)

A reconstrução célere e resiliente da cidade destruída: a inovação nos sistemas técnico-construtivos

Para a concretização deste plano foram ainda determinantes decisões associadas ao processo construtivo, igualmente relevantes para compreender a excecionalidade deste exercício de planeamento, cuja racionalização não se associa apenas a princípios e orientações de funcionalidade urbana, mas também a questões técnicas de segurança, eficiência construtiva e mesmo de otimização de custos. De entre o pioneirismo dessas decisões, algo incomum à época foi a introdução de princípios de pré-fabricação e standardização nos métodos de construção o que permitiu acelerar a reconstrução da

cidade, algo que foi possibilitado pelo desenho pormenorizado do cartulário pombalino que os promotores das construções se viam obrigados a cumprir (França, 1976; Farinha 1997; Appleton, 2003; Santos, 2017). A título de exemplo, as ombreiras em pedra que são usadas para emoldurar os vãos das portas e das janelas foram tipificadas para toda a área de intervenção, encontrando-se assim previamente definido um conjunto muito limitado de opções a que se podia recorrer, o que permitia que as pedras fossem cortadas e talhadas em série nas pedreiras de acordo com as medidas pré-determinadas, sendo transportadas para o estaleiro de obras já pré-fabricadas e prontas a aplicar. O meticuloso desenho associado às fachadas sóbrias e modestas do cartulário pombalino, favoreceu assim uma padronização de medidas e materiais (nas cantarias de pedra, nas telhas das coberturas amansardadas, nas madeiras dos travejamentos, na tijoleira usada para criar os tetos abobadados do piso térreo, nos azulejos para revestir paredes interiores, etc.), o que não só agilizou e acelerou as obras como permitiu a redução dos custos de construção (Santos, 2017).

As inovações nos métodos de construção associaram-se também à intenção da nova cidade demonstrar níveis de resistência superiores a futuros abalos sísmicos. Nesse sentido, uma das técnicas de construção mais célebres deste plano é a designada 'gaiola pombalina', uma estrutura, colocada no interior das paredes, de travejamentos de madeira entalhada no sistema de cruces de Santo André, que integradas entre si num sistema estrutural único por edifício é capaz de evitar desmoronamentos, pois assegura, em caso de terramoto, uma oscilação conjunta da construção e a dissipação das forças sísmicas (Tobriner, 2004). Embora existam evidências que este sistema de construção já era usado anteriormente em alguns edifícios de Lisboa, ele foi claramente melhorado e a sua aplicação generalizada na reconstrução da cidade, precisamente por se ter constatado que os edifícios anteriores que o possuíam tinham demonstrado mais resistência face à calamitosa destruição causada pelo terramoto (Pardal, 2005). Assiste-se então a uma racionalização e otimização desta solução construtiva, que é produzida em série e aplicada generalizadamente por todas as novas construções da baixa pombalina. De acordo com este processo de construção os primeiros profissionais a intervir na obra são assim os carpinteiros que montam a 'gaiola' de madeira em todo o edifício, só depois surgem os pedreiros que levantam as paredes em pedra acopladas a essa estrutura de madeira.

A viabilização financeira do plano: a indispensável reformulação no ordenamento jurídico

Desde o primeiro momento este exercício de planeamento foi acompanhado pela preocupação em garantir a exequibilidade financeira desta grande operação de reedificação. Tal passou pelas já referidas poupanças no processo construtivo que evitaram que se sacrificasse a qualidade dos materiais e a resistência construtiva pretendida; mas sobretudo por inovações no aparelho legislativo que se revelaram essenciais para cativar o dinheiro necessário para o financiamento das construções. Após

o terramoto aprovam-se diversas leis para desbloquear impedimentos à concretização do plano, sobretudo com o intuito de gerar oportunidades de investimento com claras expectativas de lucro, atraindo assim o investimento privado que era essencial ao preenchimento dos quarteirões definidos. Ora, para que quem tinha capacidade de investimento (sobretudo quem estava ligado ao comércio) pudesse ter uma interferência direta na reedificação da cidade, era necessária uma intervenção política decidida para permitir a mobilidade da propriedade, o que pressupunha afrontar os privilégios dos proprietários aristocráticos ou eclesiásticos (Rossa, 2008).

Até então assistia-se a uma política de solos urbanos que permitia uma cascata de direitos de propriedade que por sua vez se refletia numa cascata de rendimentos: os proprietários do solo -por regra a nobreza e clero- muitas vezes, sem intenção/capacidade de investimento, alugavam o solo em contratos de muito longo prazo (enfitêuticos) para outros construírem, tirando daí um rendimento; na prática assistia-se a uma transferência do domínio sobre o bem para os arrendatários em que estes, que construía, muitas vezes alugavam esses bens a terceiros tirando daí um outro rendimento; por sua vez alguns destes promoviam melhorias no imóvel das quais requeriam também um outro rendimento pelas mais-valias criadas (Monteiro, 2008). Compreensivelmente o emaranhado resultante desta cascata de rendimentos dificultava o reconhecimento dos direitos envolvidos, tornando muito difícil o processo de reparcelamento que a concretização do plano impunha. Reparcelamento esse que era essencial, pois com a criação das novas ruas e quarteirões previstos o espaço *aedificandi* não era mais o mesmo, nem na localização nem na sua área; sendo necessário redistribuir os terrenos proporcionalmente, o que se revelava demasiado complexo de executar caso fossem atendidos a todos os direitos tradicionalmente aplicados. Produz-se então nova legislação com a qual se assiste à substituição de um modelo de propriedade partilhada por um modelo de propriedade individualista em que o domínio do solo urbano fica assente num princípio de exclusividade. Tal é conseguido com a abolição dos contratos enfitêuticos para solos urbanos, pelo que passaram a ser os proprietários do solo a ter de investir na edificação, para que dela pudessem retirar rendimento; não tendo capacidade de investir eram 'forçados' a vender o solo, combatendo-se deste modo a estagnação da posse da propriedade (Monteiro, 2008; Rossa, 2008).

Esta mudança nos direitos de propriedade foi uma verdadeira revolução legislativa, que se antecede em Portugal com o Marquês de Pombal, mas que só acontecerá na restante Europa após a Revolução Francesa (Pelinani, 2006). Ao promover-se a concentração do lucro em quem detém o solo, criaram-se expectativas de rendimento que justificaram o investimento da burguesia comercial na aquisição desses solos e na reedificação da cidade, estimulando-se assim a criação dos típicos prédios de rendimento que garantiram o sucesso da execução do Plano da Baixa de Lisboa. Trata-se assim de uma iniciativa legislativa de ímpeto reformista que se traduzirá na transferência

de titularidade do solo urbano e que “libertará a propriedade dos privilégios e constrangimentos a que estava ligada” (Subtil, 2007, p. 209).

Outra inovação jurídica que muito facilitou a concretização deste plano esteve associado à introdução de uma prática de perequação urbanística compensatória, pois a solução adotada no plano de Eugénio dos Santos implica de forma assumida “a demolição dos edifícios que resistiram ao terramoto e a intervenção directa da administração pública na gestão do reparcelamento perequacionado da propriedade imobiliária” (Pardal, 2003, p. 26). Assim, avaliados os edifícios demolidos, cada proprietário recebeu terreno urbanizável correspondente à avaliação dos seus bens, através de uma comutação das áreas edificadas destruídas por áreas equivalentes nos novos quarteirões. Contudo determinou-se que os proprietários com direitos sobre os terrenos urbanizáveis dispunham de um prazo de cinco anos para finalizar a edificação, estes se não tivessem os meios necessários teriam de vender os terrenos a quem tivesse essa capacidade financeira pelo ‘justo preço’ (França, 1976; Pardal, 2005; Monteiro, 2008; Pinheiro, 2012). De modo a evitar a especulação (assegurando o lucro de quem investisse na aquisição dos solos e na rápida construção) surgiu assim a introdução jurídica deste conceito de “justo preço”, calculado por avaliação judicial e fora do alcance dos proprietários, pois se até então cada qual podia vender a sua propriedade pelo preço que conseguisse acordar, agora com a nova regulamentação tal passa a ter de se conformar com o interesse público (Subtil, 2007). Também para evitar a especulação no mercado de construção tinham sido já divulgadas, ainda em 1755, regulamentações que proibiam a alteração dos preços dos materiais bem como dos salários dos artífices de obras (Monteiro, 2008).

Este movimento político reformista e essencial sobre os direitos de propriedade, expressa-se sobretudo nos Alvarás de 12 de Maio de 1758 e de 15 de Junho de 1759 sobre os direitos públicos e privados da reedificação, que têm implícito o princípio do respeito pelos direitos de quem tinha o domínio sobre as antigas propriedades, a quem se reconhece o direito de edificar, mas um direito condicionado, pois a edificação deverá ocorrer num prazo determinado e em conformidade com as orientações do plano, (Monteiro, 2008). Conseguem-se assim com estes diplomas legais agilizar todo o processo de avaliações, compensações, transferências e adjudicações, essencial para a transformação fundiária prevista no plano e a consequente redistribuição do solo, de um modo que não foi apenas capaz de viabilizar os loteamentos para os novos edifícios, que eram em regra de maior área de implantação, mas foi também capaz de viabilizar o espaço público a criar (ruas e praças). Toda esta nova regulamentação foi assim decisiva para garantir o ritmo pretendido para a edificação, que não podia sujeitar-se à vontade ou capacidade de financiamento dos proprietários dos terrenos, sendo necessário transferi-lo para quem pudesse comprometer-se com a necessária construção: a burguesia comercial. Esta, com a sua ambição conjugada com capacidade financeira e empreendedora, rapidamente percebeu as vantagens de investir no negócio da construção. Este é assim um plano para cuja concretização foi essencial a percepção de que

facilmente o investimento surge onde se antevê evidentes oportunidades de lucro. Como resultado dos efeitos desta revolução legislativa e apesar de alguns litígios que se arrastaram nos tribunais até ao início do século XIX (na maioria dos casos por discordância com o valor regulado para as avaliações), cinco anos depois do início da reconstrução estavam já erguidos 59 edifícios (31 dos quais na Rua Augusta) e dez anos mais tarde contavam-se cerca de 200 novos edifícios, sendo apenas 14 deles financiados pela nobreza (França, 1976; Farinha, 1997).

Importa ainda referir outras leis que foram também aprovadas para viabilizar a execução do plano quanto a questões técnicas específicas, como um conjunto de normas jurídicas que vão restringir o princípio da liberdade de edificação, sujeitando a futura construção aos princípios e ideias do novo ordenamento urbano pretendido. Num Edital de 30 de Dezembro de 1755 declara-se a proibição de construir ou reconstruir, não sendo possível aos proprietários investir ou decidir o que fazer com os seus imóveis, o que, por um lado, criou um ambiente de grande suspeição e incerteza sobre o que sucederia às propriedades afetadas pelo terramoto, e por outro lado, veio reforçar o poder imperativo que comandou todo o processo de reconstrução e que obrigou a que os novos edifícios se sujeitassem à disciplina do plano e às regras de arquitetura nele determinadas; sendo que apenas fora da área do plano a construção continuava a reger-se pelo princípio geral de liberdade edificatória (França, 1989; Pardal 2003; Monteiro, 2008). Outras normas regulamentares surgiram no sentido de promover a funcionalidade na organização do espaço urbano, como o Decreto de 5 de Novembro de 1760 que determinou a localização em cada rua de atividades específicas (Pardal, 2005), por exemplo: ourives na Rua Áurea (atual Rua do Ouro), comerciantes de sedas e lãs na Rua Augusta, comerciantes de louças e chás na Rua Nova D'El Rei (atual Rua do Comércio), ou comerciantes de prata e livreiros na Rua Bela da Rainha (atual Rua da Prata).

Conclusão

O Plano da Baixa de Lisboa de 1758 constituiu um sobressalto no curso da história do urbanismo ocidental, não só pelas qualidades estéticas que proporcionou à Lisboa pós-terramoto, mas sobretudo pela inovação associada ao desenvolvimento e concretização desta grande intervenção de renovação urbanística. O que o torna único e precursor, colocando Lisboa na vanguarda da cultura urbanística da época, é o facto de se socorrer de uma abordagem integrada que envolveu múltiplas componentes que hoje são consideradas essenciais em muitas das grandes operações de transformação urbana: pela primeira vez cruzou uma reflexão estratégica que precede o apuramento da solução de reconstrução; um esforço de formação de um enquadramento técnico-institucional com o qual se garantiu a concretização do plano; um desenho urbano minucioso que deu o protagonismo à estruturação arquitetónica do espaço público; uma vontade de implementação de novas soluções construtivas que viabilizaram a celeridade da intervenção; e um suporte legislativo que se revelou essencial para assegurar a concretização da visão do plano e a sua própria viabilização financeira. Todavia, para

além da inovação associada a este processo integrado de planeamento, este estudo de caso permite ainda refletir sobre como o trauma causado por um evento destrutivo pode ser encarado como uma oportunidade para uma profunda reestruturação na organização e funcionamento de uma cidade, com repercussões não só físicas e estéticas, mas também simbólicas, com as quais foi possível consolidar a ideia da transição para um novo projeto de sociedade de matriz tendencialmente liberal (Tostões e Rossa, 2008). Sabemos que num processo de reconstrução urbana *“we can observe who is in power -and who is not – by examining closely what gets built”* (Vale e Campanella, 2005, p. 8), sendo que no caso em concreto da reconstrução de Lisboa, com as opções urbanísticas privilegiadas foi possível impulsionar uma verdadeira mudança na sociedade portuguesa, promovendo-se a ascensão da burguesia comercial, algo que foi claramente facilitado e potenciado pela profunda transformação urbana que o terramoto veio possibilitar (Santos, 2017). Assistiu-se assim à instrumentalização simbólica da renovação urbanística de Lisboa como principal meio para afirmação um projeto político reformista para a sociedade portuguesa.

Quando o Marquês de Pombal se decidiu pelo Plano de Eugénio dos Santos sabia que se tratava de uma solução cuja execução enfrentaria os maiores conflitos sociais e políticos, mas não foi o receio de enfrentar a elite tradicionalista que o impediu de dotar a capital do reino das condições que considerava essenciais para o seu futuro. Escolheu esta opção precisamente por ser a que, de acordo com a visão progressista que tinha para Portugal, lhe permitiria enfrentar o atavismo dos privilegiados, um obstáculo que considerava urgente remover para o desenvolvimento do país: na conceção deste plano era evidente a intenção de reduzir significativamente o protagonismo da nobreza e das ordens religiosas na organização e funcionamento do espaço urbano e, por essa via, na organização e funcionamento da sociedade. Os interesses destes foram assim claramente afrontados pelo modelo de reconstrução proposto, nomeadamente os seus interesses fundiários. Por sua vez trata-se de um plano que veio valorizar e estimular a capacidade de empreendimento e iniciativa da burguesia comercial; uma classe que, pela sua capacidade financeira e espírito empreendedor, o Marquês de Pombal considerava essencial favorecer para que Portugal pudesse acompanhar as mudanças de modernização em curso na restante Europa. Esta sua convicção foi aliás confirmada quando, logo após o terramoto, a Junta do Comércio ofereceu a Marquês de Pombal, que aceitou, o produto de uma receita, denominada ‘Donativo’, resultante de 4% sobre o valor das mercadorias importadas e despachadas na Alfândega de Lisboa, o que se revelou um contributo essencial para suportar as despesas públicas associadas à execução do plano, como os custos das demolições e movimentação de terras, infraestruturas sanitárias, espaços públicos, ou a criação dos edifícios governamentais, (França, 1989; CML, 1998; Pinheiro, 2012). Simbolicamente denunciador do estímulo que este plano trouxe para uma nova ordem social, marcada pelo favorecimento da burguesia comercial na sociedade portuguesa, esteve o facto de à praça mais emblemática deste novo plano vir a

ser atribuída a designação de Real Praça do Comércio, assim como o facto de na proximidade imediata a esta, onde se instala o poder governativo, vir a ser criada a Rua do Comércio agrupando os escritórios dos grandes mercadores, revelando-se assim uma opção de organização espacial que fomentou uma forte intimidade entre os empresários do comércio ultramarino e o poder público (Santos, 2017).

A escolha do Plano de Eugénio dos Santos permitiu também ao Marquês de Pombal tornar claro que, na sua ação política, os interesses e vontades particulares devem ser preteridos a favor do interesse coletivo geral e do bem comum. Valores esses que considerou melhor defendidos com uma operação de profunda renovação urbanística que valorizou primordialmente o espaço público com o alargamento e alinhamento de ruas e a abertura de novas praças, a favor de questões de estética, de funcionalidade urbana, e sobretudo de segurança contra novos cataclismos (Subtil, 2007). O modo como se consagra a ideia da utilidade pública neste plano foi de um grande radicalismo à época e a confirmação do pioneirismo deste plano. Aquele que viria a ser condecorado com o título de Marquês de Pombal, conseguiu assim aproveitar a oportunidade que o terramoto lhe proporcionou para que a cidade reedificada espelhasse as ideias iluministas que estão na base do modelo político-social que pretendia estabelecer na sociedade portuguesa, onde os valores da razão e da ordem prevalecessem e onde os interesses particulares estivessem subjugados à defesa de um interesse público geral (Santos, 2017). Os critérios estéticos da nova cidade ajudaram assim a afirmar esse ideário iluminista, ao promoverem uma cidade disciplinada, regulada, alinhada, arejada e funcional (França, 1989, Pardal, 2003).

Pode, pois, referir-se que a coincidência da reconstrução de Lisboa com a governação do reino a cargo de um protagonista político forte e visionário, determinou o rumo de toda a intervenção. O Marquês de Pombal era um líder político viajado, esclarecido e consciente de exercer o poder da governação do país numa fase crucial, de transição e de mudanças inevitáveis, que marcariam o fim do antigo regime (Pardal, 2005). Procurou por isso agir como um reformador, promovendo as transformações que se impunham para que o desenvolvimento de Portugal não se atrasasse face às grandes potências europeias. Nesse sentido, cedo encarou o terramoto e a oportunidade de reconstruir Lisboa como um acelerador da onda de mudança que, a seu ver, era inevitável que Portugal enfrentasse; a qual estava dependente da remoção dos privilégios tidos como adquiridos que, por não estimularem o investimento empreendedor, tinham um efeito bloqueador do desenvolvimento do país. Mas para que se consiga promover essa mudança foi necessário que ao terramoto se sobrepusesse também um forte abalo político (com fortes implicações sociais), tal passou por reforçar inquestionavelmente o seu poder e autoridade, amedrontando terrivelmente quer a nobreza (o processo dos Távoras em 1759), quer o clero (a decisão de expulsão dos Jesuítas em 1759), quer o povo (a reação violenta aos levantamentos populares no Porto em 1757), conseguindo com essas ações remover o efeito de qualquer força oponente que procurassem dificultar a

concretização da sua visão, de progresso e de aproximação de Portugal à realidade económica e social dos países do Norte da Europa (Pardal, 2005; Rossa, 2008; Monteiro, 2008).

A burguesia comercial que com este plano é fortalecida na sociedade portuguesa, diversificando os seus investimentos e assumindo novas funções de proprietários urbanos, ganhará então um papel de destaque que perdurará nos séculos seguintes. É hoje conhecido que essa nova aristocracia mercantil, que se assumirá como a nova elite (em substituição da velha nobreza), estará na origem da linhagem das grandes famílias que vieram a dominar o sistema financeiro que surgiu mais tarde com a revolução industrial (instituições bancárias), o qual revelará uma presença física muito forte na Baixa Pombalina (França, 2003). A área deste plano persiste assim como centro do poder económico e financeiro no século XIX e grande parte do século XX ao sedear todos os grandes bancos portugueses de então (Moura, 1991): Banco Nacional Ultramarino, Fonecas & Burnay, Totta & Açores, Lisboa & Açores, Sotto Mayor, Banco Espírito Santo, Caixa Gera de Depósitos e até o Banco de Portugal. Hoje, a singularidade e ineditismo associado a este exercício de planeamento urbanístico com mais de 250 anos, apesar de alterações e adulterações posteriores que foram sendo introduzindo, constitui ainda um dos principais trunfos arquitetónicos, urbanísticos e turísticos da cidade, da qual esta continua a beneficiar na medida em que potencia fortemente a sua notoriedade e atratividade, condicionando a imagem mental de quem nela habita, trabalha, frequenta ou visita.

Bibliografia

- Appleton, João Walter. 2003. "A Baixa Pombalina: da inovação ao mito". Em *Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*, editado por CML, 40-44. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Bueno, Beatriz. 2005. "Lisboa Pombalina: em que medida Iluminista?". *Oculum Ensaios*, nº 3: 8-21.
<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/798>
- Byrne, Gonçalo. 1994. "Reconstrução na cidade, a Lisboa de Pombal". Em *O Chiado e Lisboa: Estratégia da Memória*, editado por Juan Santos e Carlos Castanheira. Lisboa: Lisboa 94.
- Chandler, Tertius e Fox, Gerald. 1974. *3000 years of urban growth*. Cambridge: Academic Press. <https://doi.org/10.1016/C2013-0-11747-3>
- CML. 1998. *Objectivo: Terreiro do Paço*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Divisão de Divulgação e Sensibilização Ambiental.
- CML. 2003. *Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- CML. 2014. *Cartulário Pombalino*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

- <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/varia/documento-does/setembro-2014/>
- Coelho, Teresa Campos. 1999. “Modelos, métodos e técnicas da reconstrução pombalina”. *Discursos [Em linha]: língua, cultura e sociedade*, s3, nº 1: 215-230.
<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/4271>
- Diogo, Maria Paula e Saraiva, Tiago. 2021. “Making Engineers Portuguese”. Em *Inventing a European Nation. Engineers for Portugal, from Baroque to Fascism*, editado por Maria Paula Diogo e Tiago Saraiva, 9-31. Cham: Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-031-02129-9>
- Diogo, Maria Paula; Simões, Ana e Silva, José Alberto. 2021. “Introdução ao Volume”. Em *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal. Volume 2: Razão e Progresso – Sec. XVIII*, editado por Maria Paula Diogo e Ana Simões, 15-27. Lisboa: Tinta da China.
- Farinha, J. 1997. “Construção da Baixa Pombalina”. *Cadernos do Metropolitano*, nº 6, 20 p.
- França, José-Augusto. 1976. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- França, José-Augusto. 1989. *A reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- França, José-Augusto. 2003. “Lisboa Pombalina”. Em *Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*, editado por CML, 12-19. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Gelléri, Gábor. 2021. “Cities destroyed, cities rebuilt. Sightseeing after a cataclysm (London, 1666; Lisbon, 1755)”. Em *Aesthetic Perceptions of Urban Environments*, editado por Arundhati Virmani, 42-59. London: Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780429317750-5>
- Mizumoto, Kazumi; Nagai, Hitoshi; Kakigi, Nobuyuki e Oseto, Shoji. 2015. *Hiroshima's Path to Reconstruction*. Hiroshima: Hiroshima Prefectural Government.
<https://hiroshimaforpeace.com/wp-content/uploads/2020/03/>
- Monteiro, Clúdio. 2008. “Escrever direito por linhas tortas”. Em *Lisboa 1758. Plano da Baixa hoje. Catálogo da Exposição*, editado por Ana Tostões e Walter Rossa, 83-125. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
https://www.academia.edu/9688228/Lisboa_1758_o_plano_da_Baixa_Hoje_Cat%C3%A1logo_da_Exposi%C3%A7%C3%A3o
- Moura, Carlos. 1991. *Lisboa Pombalina*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa – Pelouro da Cultura.
- Nunes, Flávio. 2020. “Crise e Cidade”. Em *Sociedade e Crise(s)*, editado por Madalena Oliveira, Helena Machado, João Sarmiento e Maria do Carmo Ribeiro, 67-73. Braga: UMinho Editora.
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.21>
- Pardal, Maria. 2005. *O terramoto de 1755. A urbanização da Nova Lisboa*. Lisboa: Produções Editoriais Lda.

- Pardal, Sidónio. 2003. "A Baixa Pombalina: um marco na história da planificação das cidades" Em *Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*, editado por CML, 20-17. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Pelican, Rosa Benites. 2006. "Apontamentos sobre a enfiteuse". *Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo*, nº. 12: 309:416.
<https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/317/221>
- Pinheiro, Magda. 2012. *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Rossa, Walter. 2003. "A Baixa de Lisboa no contexto do urbanismo português". Em *Jornadas. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial*, editado por CML, 28-39. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Rossa, Walter. 2008. "No 1º Plano". Em *Lisboa 1758. Plano da Baixa hoje. Catálogo da Exposição*, editado por Ana Tostões e Walter Rossa, 25-82. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
https://www.academia.edu/9688228/Lisboa_1758_o_plano_da_Baixa_Hoje_Cat%C3%A1logo_da_Exposi%C3%A7%C3%A3o
- Santos, Guilherme. 2017. *Marquês de Pombal e a Baixa de Lisboa. Poder, Influência e Cultura na Nova Baixa*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/108618>
- Simões, Ana e Diogo, Maria Paula. 2022. "Introduction". Em *Science, Technology and Medicine in the Making of Lisbon (1840-1940)*, editado por Ana Simões e Maria Paula Diogo, 1-30. Leiden: Brill.
https://doi.org/10.1163/9789004513440_002
- Skarbek, Emily. 2014. "The Chicago Fire of 1871: a bottom-up approach to disaster relief". *Public Choice*, nº 160: 155–180.
<https://doi.org/10.1007/s11127-014-0175-1>
- Sousa, Francisco. 1928. *O terramoto do 1º Novembro de 1755 em Portugal: um estudo demográfico*. Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Strupp, C. 2006. *Dealing with Disaster: The San Francisco Earthquake of 1906*. Berkeley: Institute of European Studies.
<https://escholarship.org/uc/item/9gd2v192>
- Subtil, José. 2007. "Memória e poder: o terramoto de 1755". Em *O terramoto de 1755: impactos históricos*, editado por Ana Araújo, José Cardoso, Nuno Monteiro, Walter Rossa e José Serrão. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sussman, Nathan; Coffman, D'Maris e Stephenson, Judy. 2020. "Financing the rebuilding of the city of London after the great fire of 1666". *Economic History – Discussion Paper Series*. London: Centre for Economic Policy Research.
<https://doi.org/10.1111/ehr.13136>
- Taylor, Arthur. 1973. *From the ashes: Atlanta during reconstruction, 1865-1876*. Atlanta: Emory University.

- Tobriner, Stephan. 2004. "A gaiola pombalina: o sistema de construção anti-sísmica mais avançado do século XVIII". *Revista Monumentos*, 21: 160-175.
- Tostões, Ana e Rossa, Walter (Eds.). 2008. *Lisboa 1758. Plano da Baixa hoje. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Tung, Anthony. 2001. *Preserving the World's Great Cities*. New York: Clarkson Potter.
<https://doi.org/10.22201/iie.18703062e.2004.85.2422>
- Vale, Lawrence e Campanella, Thomas (Eds.). 2005. *The Resilient City: how modern cities recover from disaster*. Oxford: Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/oso/9780195175844.001.0001>
- Viegas, Inês (coord.). 1999. *Cartulário Pombalino*. Lisboa: Departamento do Património Cultural – Arquivo Municipal de Lisboa.

© Copyright: Flávio Nunes, 2023.

© Copyright de la edición: *Scripta Nova*, 2023.

Ficha bibliográfica:

NUNES, Flávio. Reconstruir cidades destruídas: as opções urbanísticas decisivas na renovação de Lisboa após o terramoto de 1755. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universitat de Barcelona, vol. 27, Núm. 1 (2023), p. 235-256 [ISSN: 1138-9788]

DOI: 10.1344/sn2023.27.39959